



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Carolina de Freitas Correa Siqueira / UFRGS.

carolinafcsiqueira@gmail.com

Lucas Costa Grimaldi / FURG

lucascgrimaldi@gmail.com

Eduardo Cristiano Hass da Silva / UFRN

eduardohass.he@gmail.com

INTELECTUALIDADES NEGRAS: para pensar a constituição de epistemologias afrocentradas no Brasil.

RESUMO

O artigo aborda a construção das intelectualidades negras no Brasil contemporâneo, ressaltando sua importância na formulação de epistemologias afrocentradas. Mobiliza um referencial teórico de inspiração foucaultiana. Baseando-se na ideia de que os conhecimentos científicos são atravessados por relações de poder, o artigo argumenta que a ciência produzida por e para as populações negras se constitui em um terreno de resistências e reconstruções epistemológicas, promovendo um redimensionamento das bases epistemológicas e maior equidade no campo acadêmico e social.

Palavras-chave: Intelectualidade negra; Epistemologias afrocentradas; Educação das Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT

This article addresses the construction of black intellectuals in contemporary Brazil, highlighting their importance in the formulation of Afrocentric epistemologies. It mobilizes a theoretical framework inspired by Foucault. Based on the idea that scientific knowledge is permeated by power relations, the article argues that science produced by and for black populations constitutes a terrain of resistance and epistemological reconstructions, promoting a redimensioning of epistemological bases and greater equity in the academic and social fields.

Keywords: Black intellectuality; Afrocentric epistemologies; Education of Ethnic-Racial Relations.

Introdução

Podemos falar em intelectualidade negra no campo da educação brasileira quando vislumbramos e visualizamos o conjunto de pensamento social antirracista mediante a produção de conhecimentos sistematizados que traduzem não apenas reflexões, mas formas de atuação capazes de reverter a situação dos afrodescendentes no interior da sociedade brasileira marcado por uma lógica perversa de um sistema social estratificado e estruturalmente racializado. Para tanto, a formação de uma elite intelectual tem sido entendida como condição *sine qua non* para o aumento da produção científica nas várias áreas do conhecimento humano. (Oliveira, 2016, p. 106)

Os processos de constituição de uma intelectualidade negra no Brasil contemporâneo emergem como respostas às lutas históricas pela afirmação da negritude nos campos do saber e da existência. Partindo de lentes de produções de conhecimento afrocentradas, bem como com um repertório de inspiração foucaultiana, a questão não é apenas compreender como as populações negras foram construídas como objetos de pesquisa, mas também investigar como essas mesmas populações reconfiguram-se como sujeitos de produção intelectual e resistência. Assim, busca-se aqui traçar um percurso que articule ideias foucaultianas com os processos de consolidação das intelectualidades negras acadêmicas enquanto espaços de resistência e de constituição de epistemologias que partem, não dos parâmetros da branquitude enquanto eixo gerador de saberes, mas, sim, das narrativas identitárias que propõem bases epistemológicas afrocentradas para pensar a produção de conhecimento.

A temática das ações de afirmação étnico-racial e sua inscrição na agenda política brasileira, especialmente no âmbito educacional, têm sido abordadas de modo amplo e debatido na academia em diferentes estudos¹. Nessa perspectiva e, com a intenção de avançar nas discussões realizadas, o presente artigo tem o objetivo de analisar historicamente os processos pelos quais os movimentos antirracismo foram construídos e como as mudanças nas discursividades que construíram as lutas antirracistas foram estabelecidas em diferentes espaços de disputas políticas no Brasil.

De forma geral, entende-se que a partir dos movimentos sociais antirracismo, as reivindicações pela valorização do reconhecimento afirmativo das populações negras tem se consolidado e tomado espaço no cenário brasileiro nas últimas duas décadas. Conforme aponta Kabengele Munanga, nesse contexto de

¹ Nesta perspectiva cita-se, entre outros, os estudos de Gonçalves e Silva (2000); Silva (2018); Gomes (2010), (2012a), (2012b); Silva (2015).

consolidação, identifica-se a consolidação de um conjunto de determinações legais de agenciamento de grupos que, ao longo da história do país, foram sujeitos a processos de exclusão social, como as populações negras.

Para tanto, entende-se o processo de construção dos movimentos antirracismo a partir da abordagem foucaultiana do conceito de emergência. Em “Nietzsche, a genealogia e a história”, Foucault, nos mostra de que forma sua concepção de genealogia tem inspiração na “Genealogia da Moral” de Friedrich Nietzsche e analisa as questões como a emergência, proveniência e o surgimento. Estas são fundamentais para analisar a história de uma forma particular que foge das relações causais e da busca pelas origens que são tão frequentemente realizadas pelos historiadores.

A metodologia de inspiração genealógica, assim como trabalhar temáticas em perspectivas históricas, parte de questões do presente. Talvez por isso, Foucault se chamava de um “diagnosticador do presente”, suas proposições trazidas nesse texto tratam sobre outros jeitos de fazer história, que elabora uma crítica às teorias dualistas (repressão e libertação); crítica às explicações totalizantes e tranquilizantes na história, e também traz a questão de que os conceitos são sempre históricos e não podem ser tratados como se houvesse alguma essência. Para Foucault (2017, p.55) a genealogia deve marcar a singularidade dos acontecimentos [...] espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender o seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram.

Para analisar os agenciamentos e a discursividade dos movimentos antirracismo nos valem do conceito de emergência, a partir da ideia de que esses movimentos adquiriram condições de possibilidade para seu surgimento. Dessa forma, pensamos no cerne desses movimentos como importantes para o fortalecimento e produção de uma intelectualidade negra. Para Foucault, o “intelectual, não é, então, portador de valores universais; é alguém que ocupa uma posição específica - mas de uma especificidade que está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade” (Foucault, 1977, p.34).

Estruturou-se o presente artigo em três momentos: análise dos movimentos antirracismos no período da primeira república até 1930; estratégias de governamentalização durante o governo de Getúlio Vargas e intelectualidade negra a partir do debate contemporâneo.

Por muito tempo, esse sistema social estratificado e estruturalmente racializado da ciência da qual fala Oliveira (2016), no Brasil, produziu narrativas exacerbando o racismo institucional e invisibilizando lutas e trajetórias antirracistas. Nesse sentido, observa-se que esse movimento de crítica ao racismo e seu combate vem sendo empreendido no Brasil em uma longa duração, embasado em um grande esforço de luta individual e coletiva.

É importante explicitar de que modo o referencial foucaultiano é mobilizado neste artigo. Aqui, o pensamento de Michel Foucault não é tomado como matriz interpretativa dominante, mas como instrumento analítico que, nas mãos de intelectuais negros e negras, já foi reelaborado para abordar dimensões racializadas do poder. Em termos metodológicos, parte-se de uma perspectiva afrocentrada, que dialoga com Foucault de maneira tática, sem subordinação teórica, em consonância com o compromisso de afirmação das epistemologias negras e valorização de suas produções intelectuais.

Assim, a leitura foucaultiana é retomada como recurso estratégico, e não como fundamento hegemônico, operando-se uma reapropriação crítica voltada à análise das dinâmicas de saber e poder que incidem sobre corpos negros no Brasil. Tal escolha evidencia o potencial insurgente das epistemologias negras, que desestabilizam pressupostos da teoria crítica europeia e demonstram que, atravessado pela experiência histórica da negritude, o referencial foucaultiano pode contribuir para denunciar e compreender as estruturas raciais de dominação que persistem na contemporaneidade.

Lutas sociais antirracismo do pós-abolição até 1930

Conforme apontou-se em estudos anteriores, ao longo da Primeira República brasileira, é possível identificar a ação desempenhada por grupos sociais que empreendiam estratégias de combate à superação do racismo, os quais compunham movimentos chamados de antidiscriminação. A atuação desses

grupos, em especial no período pós-abolição, é importante para o entendimento dos discursos sobre a negritude brasileira.

A esfera política das décadas de 1880 a 1890 passava por transformações significativas. É possível afirmar que esse cenário não atendia positivamente ao grupo social dos ex-escravizados e suas famílias. As pessoas negras que, até então, não se enquadravam no quadro jurídico e antropológico da branquitude, deveriam, em tese, pertencer a categoria de cidadã, usufruindo dos mesmos direitos. Conforme aponta Mozart Silva (2014), as populações negras deixariam de estar na condição de *res*, para estar na de humano. Entende-se que, nesse contexto de pós-abolição, emerge um redimensionamento do próprio conceito de liberdade para os diversos atores sociais (Rios e Mattos, 2004).

Apesar das mudanças identificadas, é possível afirmar que as populações negras continuaram sendo alvo de processos de marginalização social, política e econômica no país. Um exemplo seria o ingresso das populações negras nas escolas públicas brasileiras.² A própria constituição da primeira República do Brasil, de 1891, proibia o voto dos analfabetos, situação de muitas das populações negras libertas. Conforme aponta Renato Ortiz (1994), esse também é o contexto da entrada das teorias do chamado racismo científico no Brasil, as quais visavam comprovar a inferioridade racial negra e idealizava o branqueamento da sociedade brasileira, elementos que foram mobilizados na construção de uma suposta identidade nacional. Essas estratégias podem ser entendidas como exemplos de pontos marcantes e decisivos para a produção e fortalecimento dos discursos que interditavam a inserção social das populações negras de modo efetivo.

Dessa forma, com a entrada do darwinismo social e das teses evolucionistas do final do século XIX, elaboradas, principalmente, na Faculdade de Medicina da Bahia e na chamada Escola de Recife, começa um processo de construção discursiva e antropológica do negro no Brasil. Os alarmes acerca da tendência do “fracasso” civilizatório do país se faziam presentes nos estudos de Raimundo Nina Rodrigues, um dos principais nomes da Faculdade da Bahia

² Pensar o ingresso das populações negras nas escolas é mote para outra possibilidade de estudo. No entanto, diversos pesquisadores da história da educação circunscrevem a presença dessas populações entre exclusões e invisibilidades. Durante o século XIX temos exemplos da presença negra em escolas primárias de Minas Gerais e na criação de escolas racializadas na corte do Brasil. Sobre, ver Fonseca (2009); Silva (2002).

(ORTIZ, 1994). Suas teses contribuíam para a construção e “sustentação” da inferioridade das populações negras, marcadas pela agressividade e violência.

As proposições de Nina Rodrigues entendiam que negros e mestiços se encontravam em uma espécie de infância racional quando comparados ao branco, seus redentores, de racionalidade supostamente superior. O pensador defendia, inclusive, que negros e mestiços não poderiam ser julgados pelos mesmos critérios jurídicos.

Na esteira das proposições de Francis Galton (1822-1911), o início do século XX foi marcado pela criação das teses da ciência do aperfeiçoamento genético e aprimoramento racial. A inserção da eugenia no Brasil fora vista de forma positiva, principalmente por Renato Kehl, que defendia em publicações e palestras a defesa de tais concepções. Destaca-se ainda Oliveira Viana (1883-1951), o qual afirmava que a miscigenação se tratava de um problema civilizatório.

Ao longo da história brasileira do século XIX, a problemática da raça aparece, juntamente com a do clima, como elemento para explicar “[...] a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato” (Ortiz, 1986, p. 16).

No intuito de superar os cenários de exclusão, emergem organizações que objetivavam a mobilização política negra. Identificam-se a criação de associações de proteção, assistência, unificação e defesa das populações negras, além das lutas a partir da imprensa. Para Petrônio Domingues (2005) entende que os jornais da imprensa negra se constituíram como recursos de denúncia e combate ao racismo, os quais visavam explicar os impedimentos de acesso à saúde, educação, empregabilidade e moradia, além das denúncias contra ações segregacionistas.

A criação da Frente Negra Brasileira (FNB) deu início a um processo de ampliação das lutas antirracistas. Na década de 1930, consolidou-se como a maior e mais significativa entidade negra do Brasil. Domingues (2005) entende que a FNB permitiu um intenso movimento de massa na primeira metade do século XX. No bojo de suas ações, a frente previu e se engajou na criação de escolas, jornais e clubes com a finalidade de fomentar e visibilizar o diálogo das questões antirracistas. Entendiam a educação como forma de defesa contra o racismo e a desigualdade social. Segundo Domingues (2016) “as associações negras que

floresceram nas primeiras décadas do século XX vislumbravam, na educação, senão a solução, pelo menos um pré-requisito indispensável para resolução dos problemas”. Dentro dessas organizações institui-se a criação de departamentos de instrução e cultura, com a finalidade de discutir formas de ingresso no campo da educação. A criação de escolas foi uma das respostas possíveis contra à discriminação racial presente nas instituições educativas (Domingues, 2016).

No início do século XX, é possível observar uma tentativa de criação de uma tese eugenista particular no Brasil, a qual tentava ver a mestiçagem como algo positivo, estimulando a proposta do branqueamento como uma redefinição da população brasileira, com a sobreposição da raça branca sobre a negra, a qual permitira a construção de uma população majoritariamente branca. A imigração de populações brancas foi vista como uma forma de branquear o país, cientificamente fundamentada (Antunes, 1926).

Com destaque a essas considerações acerca das mudanças discursivas a respeito dos diferentes entendimentos sobre a miscigenação e, portanto, sobre a composição populacional do país, salienta-se que a pauta racial foi uma questão central para a gestão política brasileira desde os tempos embrionários da República.

É possível afirmar que a miscigenação da população brasileira foi utilizada na construção das narrativas que endossavam a inexistência de racismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, no período nacionalista de Getúlio Vargas. A noção de raça foi vista de forma conexa a de nação, que se ligavam na construção de um grupo supostamente híbrido.

É importante destacar que o elemento raça foi mobilizado para a construção de uma matriz centralizadora das identidades nacionais (Ortiz, 1994; Smith, 1997; Thiesse, 2001, 2002). Sobre o papel das concepções de raça/etnia nos processos de construção identitária, Eric Hobsbawm (2008, p. 274) diz que esse é “um modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do ‘nós’, por enfatizar suas diferenças em relação a ‘eles’”. Para Thiesse (2001, p.8), “o que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum”. Nessa trilha, a constituição das narrativas identitárias sobre a nação brasileira, enfrentava

justamente a dificuldade (inviabilidade) de homogeneização nacional por meio de uma etnia/raça nos moldes pretendidos pelos Estados-Nação europeus.

Gilberto Freyre, prisioneiro do racismo científico, levando o culturalismo ao seu limite lógico (Souza, 2017), inscreve na sociedade brasileira uma ode ao aspecto mestiço dessa população que deveria passar a ler a si mesma como um grupo populacional unificado. O caráter híbrido está, portanto, mais uma vez no seio das discussões acerca das configurações sociais.

Nesse sentido, o Brasil começa a ser narrado como país caracterizado por uma composição populacional única, e a figura do brasileiro mestiço, que outrora foi o “problema” que embaralhava a lógica da constituição das narrativas identitárias sobre a nação, passa a ser, agora, positivado. Dessa forma, se torna um agente aglutinador, sobre o qual as narrativas identitárias nacionais podem ser produzidas, a partir dos discursos sobre o convívio pretensamente harmonioso entre as raças. A tese culturalista de Gilberto Freyre “se tornará a referência interpretativa do Brasil mestiço” (Silva, 2014, p. 115), além de permanecer por anos como argumento utilizado pelo racismo estrutural contra as políticas das ações afirmativas no Brasil e outras pautas dos movimentos sociais.

Eclosão de estratégias de governamentalização das populações negras pelo estado: a Era Vargas

As definições de “população” brasileira, assim como a necessidade de criar novos modos de gerenciamento dessa massa, a partir de uma homogeneização em torno de uma ideia de grupo populacional que necessita ser governado – no caso brasileiro, regulado em seu caráter híbrido, porém narrado como único e equilibrado em seus antagonismos, – faz eclodir estratégias de governamentalização do Estado, que no caso brasileiro, podem ser verificados a partir do período do Estado Novo.

De forma geral, é possível identificar que as transformações na ordem discursiva sobre a “nação”, bem como sobre a figura do negro e da própria mestiçagem, estão na base de pensamento acerca das relações raciais no Brasil. O movimento produzido na investigação permite afirmar que as discursividades emergidas neste período a respeito das relações étnico-raciais foram constituídas,

em grande parte, pela “ideologia da democracia racial”, que permitiu a formulação da falsa concepção de que, na sociedade brasileira, existiria um paraíso racial, sem conflitos inter-raciais, com um sistema escravista mais brando quando comparado ao norte-americano (Guimarães, 2002).

Essa formulação, supostamente harmoniosa das relações étnico-raciais respondia às necessidades de atenuação de conflitos e anulação das bandeiras de lutas e fronteiras com as “diferenças” de qualquer natureza. Nessa direção, destacamos o que diz Kabenguele Munanga acerca dos efeitos do mito da democracia racial no Brasil:

Sem dúvida, ouvimos falar ou lemos algo sobre essas manifestações do racismo que aconteceram na história da humanidade cujas lembranças estão ainda frescas na memória de algumas gerações entre nós. Essas manifestações são as mais conhecidas, pois são mais noticiadas e popularizadas em nosso país e em nossa educação. Mais do que isso foram institucionalizadas e oficializadas na Alemanha nazista, na África do Sul (1948-1994) e nos Estados Unidos da América desde a abolição da escravatura naquele país até os anos de 1960. Mas, o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista. (Munanga, 2010, p. 1).

Dessa forma, entende-se que a suposta democracia racial foi mobilizada como estratégia para a construção de uma identidade nacional brasileira, na tentativa de formar uma nação sem conflitos raciais, o que favoreceria o processo centralizador de Getúlio Vargas. As narrativas acerca da não existência das fronteiras raciais no Brasil, assim como sobre o aspecto positivo culturalista da miscigenação, marcaram e permanecem marcando, em certa medida, a constituição das narrativas identitárias do país.

As discussões em torno da composição étnico-racial brasileira foram balizadoras de diferentes arranjos sociais no processo de consolidação da República brasileira. Seja como “justificativa” para o fracasso social ao qual o Brasil estaria destinado devido ao seu aspecto miscigenado, ou seja, como amálgama da unificação nacional, o aspecto híbrido da população, foi constituinte das

discursividades sobre a ideia de brasilidade, em diferentes e diversos momentos da História do Brasil.

No final da ditadura do Estado Novo, os movimentos sociais retomam corpo, e no caso específico do Movimento Negro, a associação chamada União dos Homens de Cor, de Porto Alegre, recomeça o processo de ampliação e congregação de militantes. Fundamental também para a compreensão de como se definiram as lutas antirracismo brasileiras, foi Teatro Experimental do Negro, fundado e liderado por Abdias do Nascimento. O intento do Teatro era constituir um grupo formado apenas por atores negros. Todavia, posteriormente, a organização tomou uma tônica mais política em defesa dos direitos das populações negras.

Na tentativa de analisar os deslocamentos discursivos sobre a negritude brasileira, vale frisar, também, o período de difícil ação dos movimentos sociais de toda e qualquer natureza experienciado durante o período do regime militar. O golpe militar de 1964 desarticulou as forças políticas dos movimentos sociais. Embora tenham permanecido em constantes e importantes empenhos de resistência, os movimentos sociais vivenciaram, neste contexto, uma fase de difícil ação pública.

Historicamente, o campo acadêmico brasileiro esteve marcado pela exclusão de intelectuais negros e pela hegemonia de epistemologias eurocentradas. Essa estrutura reproduziu o que José Jorge de Carvalho chama de “confinamento racial” — um sistema que restringe as populações negras ao status de objetos de estudo, negando-lhes a possibilidade de se constituírem como sujeitos produtores de conhecimento. Contudo, desde o final do século XX, movimentos sociais e intelectuais negros têm desafiado essa exclusão, propondo epistemologias contra-hegemônicas que afirmam a centralidade da negritude na produção do saber. Conforme destaca Rodrigues (2022), a criação de espaços como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) é um exemplo de como os processos de construção das intelectualidades acadêmicas enquanto um campo consolidado reflete esse movimento, oferecendo plataformas para a visibilidade e validação de narrativas negras no campo científico.

Intelectualidade acadêmica negra: um debate contemporâneo

Um ponto importante para o avanço nos debates das questões étnico-raciais no Brasil foi a desconstrução dos argumentos que se alicerçavam na ideia de inexistência dos conflitos étnico-raciais, bem como pelas afirmações da ausência de racismo na sociedade brasileira. Nesse sentido, foi fundamental o protagonismo das “denúncias” da ideologia da democracia racial promovidas pelo Movimento Negro, sobretudo a partir da rearticulação política que resultou na criação do Movimento Negro Unificado (MNU). A instituição foi fundada com a proposta de aglutinar as lutas antirracistas promovidas em todo o Brasil, elaborando as ações de defesa às populações negras em uma escala ampliada, com um tom mais contundente e combativo no que diz respeito ao combate ao racismo. Sob a liderança de coletivos políticos alinhados a uma perspectiva marxista e progressista, o Movimento Negro Unificado (MNU) consolidou-se como um agente central na interlocução teórica e prática sobre a articulação entre racismo e capitalismo. O sistema capitalista, interpretado em associação com o legado histórico do escravismo, foi identificado como um dos pilares estruturantes da exclusão, marginalização e das barreiras impostas à plena inserção da população negra na sociedade de classes. A estratégia política do movimento fundamentava-se na construção de uma agenda que vinculava a luta antirracista às demandas de outros grupos sociais historicamente vulnerabilizados. Esse processo desenvolveu-se em um cenário marcado pela repressão autoritária da ditadura militar, que condicionava as dinâmicas políticas e sociais do período.

No final da década de 1970, com traços de afrouxamento do regime militar, movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado ganham mais força e campo de ação para as reivindicações. O combate à ideia da não-existência de racismo no Brasil é consolidado, e a introdução desse tipo de debate coloca sob questionamento a chamada “ideologia da democracia racial”. Nesse sentido, saliento novamente Guimarães, que em relação à desconstrução do mito da democracia racial afirma:

[...] depois de denunciada como mito e transformada, nos anos de 1980, no principal alvo dos ataques do movimento negro, como sendo uma ideologia racista, a “democracia racial” passou na última década a ser objeto de investigação mais sistemática de cientistas sociais e historiadores. A princípio, prevaleceu a compreensão de que se tratava realmente de um mito fundador da nacionalidade. (GUIMARÃES, 2006, p. 269)

A “denúncia” da ideologia da democracia racial como um mito também teve como apoio o estudo de Florestan Fernandes, que, em seu livro *A integração do negro na sociedade de classe*, de 1965, faz importantes reflexões acerca da construção do então chamado “mito” fundante da ideia de relações raciais não conflituosas no país.

Outro ponto aliado no deslocamento da ideia de “paraíso racial” para as denúncias contundentes da existência de racismo no Brasil foi a introdução das pesquisas estatísticas como eixo argumentativo do Movimento Negro. Estudos estatísticos, como o de Carlos Hasenbalg, por exemplo, tornaram-se referências nas pesquisas que analisaram e cruzaram as informações relacionadas ao racismo e à exclusão social. Nessa trilha, Hasenbalg (2005) destaca: “a evidência empírica indica que os brasileiros não-brancos estão expostos a um ‘ciclo de desvantagens cumulativas’ em termos de mobilidade social intrageracional” (p. 230).

Deste modo, a situação de vulnerabilização social de uma grande parcela da população negra brasileira passa a ser apontada em números, a partir de diferentes indicadores. Destaca-se ainda que, o ano de 1988 foi comemorativo ao Centenário da Abolição, bem como foi, também, ano da promulgação da nova Constituição da República brasileira, a Constituição Cidadã. Esse foi um momento emblemático no percurso das políticas públicas antirracistas, considerando que nesse ano foram promovidos diversos episódios relativos à História e Cultura Negra no Brasil.

As importantes manifestações que circundaram as celebrações do Centenário da Abolição, aliadas aos movimentos sociais e a conquista de mais espaço nas produções intelectuais-acadêmicas, que tratavam de temas relacionados ao quilombo, inevitavelmente entraram na composição da Constituição de 1988. Neste cenário, a partir do incentivo do Movimento Negro, identifica-se um processo de afirmação da negritude, com o intuito de estimular os indivíduos negros a assumirem a negritude enquanto postura política.

Nesta ambiência social, o Movimento Negro inicia um processo de incentivo afirmativo da negritude. No intuito de estimular que indivíduos negros passem a assumir a própria negritude enquanto uma postura de luta política, é possível observar a partir de então, um deslocamento discursivo no que tange a autodeclaração e a postura combativa dos movimentos sociais negros. Fazer

referência a alguém utilizando o termo “negro”, a partir daí, por exemplo, passa a ser uma designação recebida com orgulho, pois diz respeito às novas concepções sobre o que significa ser negro no Brasil. Por outro lado, a partir das reivindicações do MNU, passam a ser rechaçados os termos que denotam uma “atenuação” da negritude, como é o caso de “pessoa de cor”, pois passam a ser entendidos como se ser negro fosse algo negativo, por isso, precisaria ser “amenizado” (Domingues, 2007). Nessa esteira, na década de 1990, o Movimento Negro já havia adotado, por completo, o tom de revisão das perspectivas sobre a identidade negra e sua História, assumindo, portanto, um teor “Africanista”, e afirmativo da negritude, calcado na reconstituição/revisão da discursividade sobre as populações negras.

No início do século XX, as questões relacionadas à raça foram assunto explorado, fundamentalmente pelo campo científico. Entretanto, da metade do século passado em diante, questões étnico-raciais passaram a entrar no cenário político de modo mais contundente. Assim, os debates sobre a “desmistificação” do mito ou ideologia da democracia racial abriram espaço para a sobreposição da esfera da política no campo de saber que antes era legitimado pelo caráter pretensamente científico. Acerca do deslocamento da ideia de “raça” de um tom biológico para um constructo social e político (Hofbauer, 2006).

A releitura das relações étnico-raciais por meio das lentes da política, e não mais biológicas, construiu o terreno fértil para a emergência das políticas públicas afirmativas antirracismo. Essas, ao agirem diretamente sobre as populações a partir do recorte racial, estabelecem novos tipos de governo biopolítico das populações negras brasileiras. As novas discursividades inscritas nos debates públicos sobre a negritude no Brasil abrem caminho para a discussão das políticas de ação afirmativa e o seu papel, como forma de gerenciar e atender demandas de grupos sociais historicamente excluídos.

Nesse movimento, entendemos a emergência da passagem de objeto de pesquisa, a pesquisador, intelectual. Ao argumentar a respeito da função política do intelectual, Michel Foucault diz que o exercício intelectual deve ser reelaborado e situado dentro daquilo que ele nomeou como “intelectual específico” oposição à ideia de “intelectual universal” (Foucault, 2011, p. 211) ou seja, não alguém que se ocupa das respostas universais demandadas à ciência no decorrer do Século XIX

e início do Século XX, e sim, de pautas relacionadas a “setores determinados em pontos precisos” aos quais estejam situados (p. 213).

Dessa forma, entende-se que, mais eficaz do que explicar valores universais, é necessário que haja, por parte do intelectual, um entendimento da potência de engajamento político que há nas investigações acerca do funcionamento dos dispositivos produtores de verdade operacionalizados, inclusive, nas engrenagens que atribuem ao saber científico o status de verdadeiro, o que encontra ressonância nas discussões sobre a intelectualidade negra. No dizer de Foucault:

O importante, penso eu, é que a verdade não está fora do poder nem sem poder (ela não é, apesar do mito cuja história se deveria retomar, a recompensa dos espíritos livres, o filho de longas solidões, o privilégio daqueles que souberam libertar-se). A verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos reguladores de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política de verdade”, ou seja, os tipos de discurso[13] acolhidos por ela, os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de fazer o que funciona como verdade. (2011, p. 2016-2017, grifos no original)

No entendimento de Foucault, o discurso “é constituído de um conjunto limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (Foucault, 2007, p. 135). Deste modo, as posturas, condutas e modos de vida são, concomitantemente, produzidas e produtoras de sentidos.

Inspirados nas ideias de Michel Foucault, compreendemos que a atividade da pesquisa possui alguma força contributiva para as lutas políticas, na medida em que se dedica a analisar aspectos de determinada sociedade dentro de uma “especificidade ligada às funções gerais do dispositivo de verdade” (Foucault, 2011, p. 217).

Considerando que as pesquisas direcionadas às relações étnico-raciais e políticas educacionais pensadas a partir dos estudos pós-estruturalistas possuem espaço e força no âmbito da produção intelectual, busca-se inspiração em uma célebre afirmação mencionada por Michel Foucault em entrevista concedida a Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow:

[...] o que eu quero fazer não é a história das soluções, e esta é a razão pela qual eu não aceito a palavra alternativa. Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. (Foucault apud Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 256, grifo no original)

Nesta perspectiva, entende-se que a presente pesquisa, partindo das teorizações que propõem outros modos para pensar a Educação, permite analisar os processos por meio dos quais se constituem modos de ser pesquisador/a negro/a nos espaços de produção intelectual-acadêmica no Brasil, considerando as demandas por consolidação de espaços de produção acadêmica constituídos nas bases daquilo que Eduardo de Oliveira defendeu como uma ciência para o negro:

Vivemos num mundo onde a cor, a etnicidade e a classe social são de primordial importância, sendo assim impossível ao cientista (e em particular ao cientista negro) manter uma neutralidade valorativa. (...) São estas considerações que nos levam a ideia de uma sociologia negra (ou uma historiografia, economia, antropologia negras etc...). Ela surge como reação e revolta contra o viés da “sociologia principal” burguesa-liberal; como um passo positivo para o estabelecimento de definições básicas, conceitos e construções que utilizam a experiência histórica dos afro-brasileiros. (Oliveira, 1977, p. 26, grifos no original)

A concepção de uma ciência para o negro parte da proposição de ruptura epistemológica dentro do campo da Sociologia. Todavia, seus estudos reverberaram e contribuíram de modo importante para a consolidação de espaços de intelectualidade negra em outras áreas, como é o caso da Filosofia, História, Antropologia, Economia e Educação. Eduardo de Oliveira diferencia a produção científica que ele nomeia como “principal” (sobretudo no âmbito da Universidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980), que se ocupava da temática racial a partir do olhar produtor de uma ciência sobre o negro, da proposta de ciência para o negro. Esta última se sustenta na ideia de que as produções sobre as relações raciais no Brasil deveriam ser elaboradas a partir de pontos de vista que considerem a singularidade do sujeito negro que constrói sua própria História.

Eduardo de Oliveira é contemporâneo de outros pesquisadores/as negros/as que também contribuíram intensamente para o panorama da intelectualidade negra brasileira atual. A opção por mencioná-lo foi devido ao fato de que suas reivindicações se destinam especificamente à figura do produtor de

ciência nos espaços acadêmicos. Nessa direção, Rafael Petry Trapp (2018) aponta que o trabalho de Oliveira auxiliou a consolidar as bases intelectuais das lutas políticas negras no Brasil por meio da proposta de mudança epistemológica que considera o lugar epistêmico do negro como sujeito do conhecimento.

É salutar frisar a importância, tanto prática quanto simbólica, dada aos espaços de produção de conhecimento acadêmico-científico (*stricto sensu*) para a consolidação de epistemologias outras que contemplem aquilo que defendia Eduardo de Oliveira. Ou seja, é possível verificar que existe, por parte dos movimentos sociais antirracismo contemporâneos, uma forte demanda para o protagonismo negro dentro desses espaços.

Para Michel Foucault, a constituição de subjetividades está intrinsecamente ligada aos regimes de verdade e às dinâmicas de poder que atravessam os sujeitos. No contexto das populações negras no Brasil, esse regime de verdade foi historicamente moldado por discursos eurocentrados que invisibilizaram narrativas negras e reforçaram as hierarquias raciais. Ao mesmo tempo, a constituição de uma intelectualidade negra pode ser vista como um contra-discurso, uma tática de resistência que subverte as estruturas normativas e colonialistas do saber.

A partir da perspectiva afrocentrada, esse movimento de resistência é simultaneamente epistemológico e ontológico. Autores como Lélia Gonzalez, Silvio Almeida e Kabengele Munanga destacam que a produção de conhecimento das intelectualidades negras não é apenas uma resposta à opressão, mas também um movimento de afirmação da existência negra como protagonista na construção de epistemologias que centralizam os saberes não-hegemônicos da branquitude, mas, sim, que partem das percepções da negritude acerca da produção de conhecimento.

A discussão acerca das intelectualidades negras, tal como delineada neste estudo, reconhece que o pensamento produzido a partir da experiência da negritude não opera apenas como resposta à ordem colonial, mas como formulação teórico-política original, capaz de propor novos arranjos epistêmicos e deslocar noções consolidadas na tradição crítica ocidental. É nesse horizonte que se inscrevem as reflexões de autoras e autores como Sueli Carneiro (2005), Achille Mbembe (2018), Frantz Fanon (2008), Oyèrónké Oyěwùmí (1997) e Abdias Nascimento (1980). Suas contribuições, longe de se limitarem a uma apropriação

comentada de Foucault, operam tensionamentos e expansões que tornam incontornável a presença do eixo racial e colonial nas dinâmicas de poder contemporâneas.

A aproximação que realizam com o pensamento foucaultiano, portanto, não se dá por adesão, mas por deslocamento: trata-se de identificar o que essa matriz teórica ilumina, mas sobretudo o que ela obscurece quando confrontada com a experiência histórica e ontológica da negritude. Ao tensionarem conceitos como biopoder, subjetivação e genealogia, esses e essas intelectuais demonstram que a crítica dos dispositivos modernos de produção da verdade exige reconhecer a racialidade como princípio estruturante da própria constituição do sujeito e das formas de governo da vida.

No pensamento de Sueli Carneiro (2005), essa operação torna-se particularmente evidente. Ao tomar a mulher negra como ponto de partida analítico, a autora nos convida a perceber que o sujeito moderno não é apenas efeito de dispositivos disciplinares e biopolíticos, mas produto de hierarquias raciais e de gênero que instituem o não-ser como fundamento da branquitude. Tal inflexão, que opera como genealogia das formas de exclusão no Brasil, revela a persistência de mecanismos de legitimação da branquitude enquanto norma e medida de humanidade.

A formulação de Mbembe (2018) acerca da necropolítica, em continuidade e ruptura com Foucault, desloca o foco da gestão da vida para a administração da morte, evidenciando que o poder moderno, em sua expressão colonial e racializada, opera através da produção de zonas de morte e abandono. No horizonte do Atlântico Negro, essa constatação assume caráter inescapável: o corpo negro permanece como alvo prioritário das tecnologias de letalidade e das políticas de desumanização.

Com as análises de Fanon (2008), observa-se que a crítica à colonização produz um aprofundamento do debate sobre subjetivação ao revelar a dimensão psíquica e afetiva da violência colonial. Se Foucault analisa os processos de disciplinamento e normalização, Fanon expõe os efeitos ontológicos do olhar colonial, que captura o sujeito negro e o fixa na posição de objeto racializado, ferida que se inscreve no corpo e na consciência.

O quilombismo de Abdias Nascimento (1980), por sua vez, formula uma epistemologia e um projeto político fundados na resistência negra enquanto princípio de autogoverno e construção coletiva de liberdade. Trata-se aqui de uma genealogia insurgente, que não apenas denuncia as formas de sujeição, mas reivindica a legitimidade de modos próprios de organização social e intelectual.

No mesmo movimento, Oyèrónké Oyěwùmí (1997) desestabiliza categorias ocidentais como gênero e poder ao demonstrar seus limites históricos e culturais. Sua crítica, ancorada em paradigmas iorubás, reorienta a discussão sobre saber e autoridade epistêmica, afastando a leitura universalista e recolocando o continente africano como locus de produção teórica autônoma.

Ao lado dessas autoras e desses autores, pensadoras como bell hooks (2013), Grada Kilomba (2019) e Paul Gilroy (2001) demonstram que o engajamento crítico com a obra foucaultiana, quando situado na experiência negra, não resulta em assimilação, mas em reinvenção conceitual. Tomar o biopoder e o regime de verdade como lentes, neste estudo, implica reconhecer que sua aplicação, atravessada pela experiência da negritude, produz deslocamentos epistemológicos relevantes: evidencia-se uma genealogia negra das relações de poder, que compreende o espaço intelectual como campo de enfrentamento, de reexistência e de formulação de regimes de verdade comprometidos com a luta antirracista.

Em suma, a proposta teórico-política aqui realizada não busca confirmar consensos, mas revelar a potência de um pensamento que, ao emergir da experiência histórica da população negra, convoca a teoria crítica a confrontar seus próprios limites e a reconhecer que não há universalidade possível sem o descentramento da branquitude e sem a afirmação plena das epistemologias afrocentradas como fundamento legítimo de produção de conhecimento.

Considerações Finais

Otair Oliveira em artigo intitulado “Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira”, publicado em 2016 apontava a ainda incipiente produção científica acerca da intelectualidade negra. Nesse sentido, entendemos a necessidade em estudar as discursividades que possibilitaram a emergência dos movimentos antirracismo nas décadas de 1930 e 1940,

importantes para o fortalecimento dos movimentos unificados da década de 1980. Esse esforço de agrupamento das populações tensionou a eclosão de diversas políticas que culminaram na Lei 10.639/03 e na criação do Ministério da Igualdade Racial em 2022.

Ainda que, segundo Oliveira (2016), a produção sobre a intelectualidade negra necessite de maiores empreendimentos, o estudo apresentou de que forma a mobilização dos movimentos antirracismo e a tese contrária ao “mito da democracia racial” foram importantes para alavancar a mudança da intelectualidade negra de “objeto de pesquisa” para pesquisador. Ao reafirmar a importância da constituição de uma intelectualidade negra em vez de reproduzir “objetos de pesquisa” fortalece a criação de múltiplas histórias, em contrapartida à “história única” criada sobre as populações negras historicamente, no Brasil. Sendo assim, cita-se Chimamanda Adichie, ao afirmar que conhecer as histórias importa, afinal “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”

Ao analisar o protagonismo no campo acadêmico das populações negras no Brasil, este artigo destacou a centralidade das transformações epistemológicas promovidas pelas intelectualidades negras na produção de pesquisa no cenário contemporâneo. Em um espaço científico ainda permeado por estruturas excludentes, a produção de conhecimento negro afirma-se como uma ruptura com as lógicas coloniais e um marco de autonomia e poder narrativo. Espera-se que este estudo contribua para as discussões sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, fortalecendo o diálogo entre as perspectivas foucaultianas e afrocentradas, além de reafirmar o compromisso com uma ciência engajada na justiça social e no enfrentamento ao racismo estrutural.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. O negro e a historiografia brasileira. **Revista Ágora**. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. Espaço Aberto Ações afirmativas para negros no Brasil: o

início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164-176, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Marcus Vinicius. O predomínio dos negros nas escolas de minas gerais do século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 585-599, set./dez. 2009

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault (1977). In: FOUCAULT, Michel Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. **Ditos & Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 13-34.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: FOUCAULT, Michel. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. **Ditos & Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história (1971). In: FOUCAULT, Michel. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. **Ditos & Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 260-281.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GILROY, Paul. **The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura dos. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 492-516, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade (Impresso)**, v. 33, p. 727-744, 2012a.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 98-109, 2012b.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n.15, p. 134-158, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial**. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Racial%20Democracy%20ASAG.pdf>

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Otair. Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação** – 2016.2 / VOL. 01 p.106-118.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Brasiliense: São Paulo, 1994.

RODRIGUES, João Marcos de Souza; LIRA, André Augusto Diniz. Dimensões educativas do Movimento Negro: uma revisão na Revista da ABPN: Educational dimensions of the Black Movement: a review in the “Revista da ABPN”. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica e espaço escolar: subjetividade e racismo no Brasil. **Horizontes**, v. 32, n. 1, 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Narrativas Identitárias e Educação no Brasil

(1900-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 246-266, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **EDUCAR EM REVISTA**, v. 34, p. 123-150, 2018.

SILVA, Adriana Maria Paula. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, 2002.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SMITH, Anthony. **Identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 7 -23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>.

TRAPP, Rafael Petry. A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v.10, n. 25, p. 194-121, 2018.

Carolina de Freitas Corrêa Siqueira

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS) Integrante do NECCSO: Núcleo de Estudos Currículo, Cultura e Sociedade (UFRGS) Integrante do Grupo de Pesquisa GEPS: Grupo de Estudos em Promoção

da Saúde (UFRGS) Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX-CAPE) Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGEdu - UNISC) Licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Possui experiência na docência de História e Humanidades na Educação Básica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2680-6083>.

Lucas Costa Grimaldi

Professor em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) na linha de formação de professores e práticas educativas. Assistente Editorial da Revista Momento: diálogos em educação (PPGEDU-FURG) e atua como vice-coordenador do Centro de Memória da Educação - CEMEDU/FURG. Doutor em Educação pelo PPGEdu-UFRGS. Mestre em Educação pelo PPGEdu/ UFRGS na linha de história, memória e educação. Tem experiência na área de História da Educação, Currículo e Ensino de história, atuando principalmente nos seguintes temas: Memórias discentes, Patrimônio Cultural, Arquitetura Escolar, Imprensa de educação e ensino e Cultura Escolar.

Eduardo Cristiano Hass da Silva

Professor Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS). Coordenador do Grupo de Estudos em Patrimônio Cultural e Turismo (GEPCTur) da FELCS/UFRN. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na linha de pesquisa Educação, História e Políticas. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na linha de pesquisa Sociedade Ciência e Arte e, graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) na mesma instituição. Editor da Revista Turismo, Sociedade Território (2021-atual) e da Revista História da Educação (2022-atual). Atua principalmente nas áreas de Patrimônio Cultural, História da Educação, Turismo Cultural e Ensino de História.